



PROJECTO AMBIENTE MELHORADO DE INVESTIMENTO E NEGÓCIO EM ÁFRICA OCIDENTAL

WORKSHOP DA POLÍTICA E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTO (PPI) DA CEDEAO

6 – 8 de Junho de 2017, Lagos, Nigéria

Como aumentar a retenção e expansão de investimento e a protecção de investidores

O nosso departamento de Soluções para o Ambiente de Investimento apoia os países clientes na criação de um ambiente de negócios que possibilita a criação de políticas e regulamentos actualizados, justos e transparentes para reduzir as barreiras desnecessárias capazes de desestimular o sector privado e prejudicar o investimento através da implantação de mecanismos para minimizar os riscos a negócios ao mesmo tempo que estimula a responsabilidade social tais como a protecção do meio ambiente e o respeito às normas internacional de segurança

Contexto

Na economia global de hoje, as empresas costumam ter uma multitude de opções de lugares para sediar suas empresas e filiais. Por isso, os governos competem para atrair as combinações de investimento capazes de garantir a plena realização de seus projectos de desenvolvimento nacional. É geralmente mais fácil atingir as metas desenvolvimentais através de investidores que já se estabeleceram no país, ou seja, investores com empresas já localizadas no território nacional. Conservar tais investimentos e incentivar sua expansão ou diversificação através da garantia de um ambiente favorável no país anfitrião é, portanto, um imperativo para atrair novos investimentos.

A capacidade de países para sustentar e incentivar a expansão de investimento é determinada por percepções do nível de risco político em tal país. A possibilidade ou probabilidade de os interesses económicos dos investidores serem prejudicados devido a instabilidade política, eventos ou decisões do governo anfitrião etc. é o que se costuma chamar de risco político. Algumas das manifestações de tais riscos políticos para investidores incluem acções de expropriação, restrição de transferência e

convertibilidade, quebra de contracto, falta de transparência, decisões e acções imprevisíveis e arbitrárias, discriminação, violência política e ausência geral de transparência na aplicação de leis e regulamentos. Em princípio, os investidores têm protecção contra tais eventualidades dentro da chamada lei da “garantia da protecção dos investidores” que costuma ser colocada nos acordos internacionais de investidores assim como nos textos jurídicos nacionais de protecção a investimentos. Os investidores que participam da pesquisa anual conhecida como Estudo MIGA-EIU sobre Riscos Políticos – sejam eles oriundos de países industrializados ou de países em via de desenvolvimento – todos acabam por identificar o risco político como um dos piores desafios que impedem o ingresso de investimento estrangeiro nas economias de países em via de desenvolvimento a médio prazo ¹ A mesma pesquisa revela também que mais de um quarto de investidores globais afirmaram que, no espaço do ano anterior à pesquisa, o risco político causou prejuízos a seus investimentos e os obrigou a retirar os capitais já investidos em determinadas economias ou a cancelar outros investimentos planeados.

¹ Ver MIGA, Relatório para o ano de 2013 sobre os Investimentos Mundiais e os Riscos Políticos

Numa situação semelhante, existe uma ligação clara entre a protecção dos investidores e a retenção e expansão dos investimentos. Sem a garantia de protecção para os investidores, tornar-se-á praticamente impossível pensar a hipótese de retenção e expansão de investimentos pois somente poucos investidores com objectivos e planos específicos poderão arriscar seus investimentos numa conjuntura marcada por instabilidade política e um ambiente económico caracterizado por leis e regulamentos imprevisíveis. A criação de garantias maiores para a protecção de investidores terá certamente o resultado de aumentar a confiança dos investidores, o que, por sua vez terá o resultado de convencer os investidores não somente a permanecerem em tal economia, mas a expandir suas operações através do investimento de mais capitais.

O que o Grupo Banco Mundial oferece?

O nosso grupo oferece aos governos clientes a possibilidade de otimizar suas políticas e estruturas legais relativas à protecção de investidores ao mesmo tempo que ajudamos na implementação das mesmas. Fazemos uso neste contexto de determinadas ferramentas e a realização de certas actividades que nos permitem avaliar a qualidade dos dispositivos legais, administrativos e institucionais existentes no país para garantir a protecção dos investidores. Avaliamos a aplicação de tais dispositivos, seus objectivos e seus impactos sobre as empresas. O nosso pacote para os países clientes consiste de várias áreas de intervenção dentre os quais destacamos:

Melhoria dos dispositivos jurídicos e administrativos relativos às garantias de protecção aos investidores

Para os investidores, uma forte garantia da protecção de investimentos estrangeiros numa determinada economia assim como outras garantias inseridas nas leis do país anfitrião representam os maiores e mais significativos sinais do comprometimento de tal país a respeitar os direitos de investidores que escolherem instalar suas empresas em seu território. Portanto, os

países muitas vezes colocam tais garantias como parte de suas estratégias de promoção para atrair IDEs. A ausência de garantias de protecção para investidores nas leis nacionais é prova da potencial vulnerabilidade dos investidores a actos ilícitos e arbitrários da parte do governo de tal país onde a falta de protecção jurídica tornará os investidores reféns de tais economias onde eles não teriam a possibilidade de verem seus direitos respeitados a não ser que façam recurso a instâncias internacionais dentro de acordos internacionais de protecção a investidores. Ademais, a melhoria das garantias de protecção a investidores nas leis de um país podem ter grandes benefícios até para os investidores domésticos que, pela sua natureza de empresas autóctonas, não possuem a possibilidade de recorrer a instâncias internacionais em caso de abuso de seus direitos em seu próprio país. A maioria dos governos muitas vezes possuem uma pequena janela de oportunidade para reformas e por isso convidam o Grupo Banco Mundial a prestar consultoria que, em muitos casos duram apenas poucas semanas.

Alguns dos resultados e benefícios que garantimos a tais governos são:

- Harmonização dos dispositivos jurídicos nacionais com os acordos internacionais com vistas a incentivar a adopção das melhores práticas.
- Elaboração de recomendações para reformas inclusive a determinação da estrutura e conteúdo das propostas leis ou regulamentos
- Consultoria para determinar o público alvo de tais reformas.
- Outros tipos de apoio para a implementação das reformas

Harmonização dos procedimentos administrativos

Fornecemos apoio para governos desejáveis de harmonizar os procedimentos relativos ao fluxo interno e externo de transacções em divisas estrangeiras. A possibilidade de repatriar seus lucros é fundamental para a tomada da decisão por parte e investidores para investir numa determinada economia. De igual importância para investidores é a possibilidade de livre circulação de bens e capitais para fins transaccionais após a instalação de seus negócios no país escolhido.

Principais áreas de intervenção junto a governos clientes:

- Realização de avaliação para diagnosticar a realidade nacional através de inventários de regulamentos e procedimentos, identificação dos investidores e mapeamento das diversas categorias de negócios, processos e avaliação de capacidade institucional.
- Elaboração e implementação de reformas inclusive através de harmonização de requisitos e critérios e o processo de realinhamento.
- Fornecimento em tempo hábil de informações relativos aos procedimentos e regulações de forma acessível e confiável.

Reforço dos dispositivos jurídicos e administrativos para ajudar clientes a sustentar e expandir IDE

- A criação de leis e regulamentos claros e transparentes sobre a protecção de investidores pode resultar em aumento significativo da confiança entre os investidores. Apesar disso, o maior desafio que enfrentam os investidores em países em via de desenvolvimento continua sendo a falta de uma verdadeira implementação das leis e regulamentos, o que torna o ambiente de investimento muito precário e imprevisível. Além do impacto negativo que isso acaba tendo sobre a retenção de investimento, há ainda os inconvenientes de litígios altamente caros e desgastantes entre os investidores e o país anfitrião. Nesta conjuntura, a nossa intervenção consiste em ajudar os governos clientes a criar um mecanismo adequado para garantir a retenção de investimento através de um processo de acompanhamento, e resolução em tempo hábil de qualquer queixa oriunda dos investidores a respeito da implementação das leis. Também oferecemos apoio sustentando a longo prazo.

As principais metas que estabelecemos para os governos clientes são:

- Promoção das melhores práticas para fiscalizar e resolver as queixas mais frequentes relativas à falta de

implementação de dispositivos jurídicos e administrativos a fim de permitir ao governo do país anfitrião a providenciar soluções em tempo hábil e evitar que tais desacordos virem litígios legais.

- Elaboração e implementação de ferramentas da tecnologia de informação que permitam aos governos a fiscalizar e acompanhar as queixas dos investidores e o impacto dos mesmos sobre as empresas afetadas (exemplo a retenção de investimentos ou perda de empregos).
- Elaboração e implementação de programas de acompanhamento sustentável a longo prazo para ajudar os governos clientes a construir relações fortes com os investidores operando em seu território sobretudo nos sectores prioritários da economia nacional com vistas a incentivar e facilitar a retenção, expansão e diversificação.

Exemplos de projectos

Na **Bosnia e Herzegovina**, a implantação de um programa de ambiente de investimento está a ajudar o governo a harmonizar as leis de investimento a nível subnacional, e criar mecanismos para acompanhar e resolver as queixas de investidores de modo sistemático e eficaz. Isso inclui a criação de uma ferramenta tecnológica para acompanhamento de queixas e outra ferramenta que garante o reforço de capacidade da agência competente a resolver as queixas de modo eficaz. Esse mecanismo tem ajudado o governo a atrair novos investimentos e re-investimentos da parte de investidores já instalados no país e isso acabou por gerar centenas de empregos no país.

Na **República de Geórgia**, em 2015, o governo criou o Business Ombudsman (BO) – uma espécie de árbitro de negócios, através da transformação de uma antiga agência de arbitragem de assuntos tributários criada em 2011. O BO faz parte da estrutura do governo e está directamente ligado ao Gabinete do Primeiro Ministro. A principal função do BO é velar pela protecção dos direitos e interesses legais do empresariado e dos investidores estrangeiros com investimentos no

país. Além de apoiar a restauração dos direitos violados, esse programa de ambiente de investimento está a ajudar o país a criar um mecanismo sistemático de resposta rápida a problemas de investidores junto ao novo BO e isso significa o desenvolvimento de uma ferramenta para a detecção e acompanhamento que serve para medir a taxa de retenção e expansão e investimentos no país..

Na República **Dominicana**, um projecto de ambiente de investimentos está a ajudar o governo a elaborar e implementar um mecanismo de detecção e resolução de queixas relativas à protecção de investidores nos dois sectores chaves da economia nacional, nomeadamente o da manufactura e do turismo.

Para maiores informações:

Director das Práticas, Ambiente de Investimento:
Christine Zhenwei Qiang, cqiang@worldbank.org

Ponto Focal: Política e Promoção de Investimento
na esfera Global: Roberto Echandi,
rechandi@ifc.org